

# MANUAL DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA

BREVES/PA 2026

<https://faculdefamma.com.br/>

**FACULDADE METROPOLITANA DO MARAJÓ - FAMMA**  
**CURSO BACHARELADO EM DIREITO**  
**NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA - NPJ**

**MANUAL DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA**

**APRESENTAÇÃO**

Este manual foi elaborado para orientar os alunos sobre as normas e procedimentos a serem seguidos durante o estágio, proporcionando uma experiência prática que simula as atividades cotidianas das carreiras jurídicas.

O Núcleo de Prática Jurídica - NPJ oferece um ambiente seguro para que os acadêmicos desenvolvam suas habilidades profissionais em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito. Através de uma combinação de atividades práticas e teóricas, os estudantes são inseridos gradualmente no contexto jurídico, aprimorando suas capacidades de análise, argumentação e elaboração de peças jurídicas.

Este manual servirá como um guia de referência para todos os estudantes que participam do Estágio Simulado, garantindo a correta execução das atividades e o cumprimento das responsabilidades acadêmicas.

A Faculdade FAMMA espera que este documento auxilie no sucesso de todos os envolvidos no estágio.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

O Estágio Supervisionado de Prática Jurídica Simulada é direcionado aos acadêmicos do 5º e 6º períodos do Curso de Direito, com uma carga mínima de 60 horas por semestre. O objetivo principal é inserir o estudante gradativamente na prática das carreiras jurídicas, por meio de atividades que simulem o ambiente de trabalho de um profissional de Direito.

O estágio simulado envolve diversas atividades práticas, como:

- I. Análise de autos arquivados;
- II. Participação em palestras, minicursos e simulados de tribunais;
- III. Elaboração de peças jurídicas simuladas e pareceres;
- IV. Participação em audiências reais e simulações.

Essas atividades são imprescindíveis para o desenvolvimento das competências ao exercício profissional, permitindo que o aluno compreenda as exigências práticas da profissão.

## **2. ESTRUTURA DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA**

O Núcleo de Prática Jurídica - NPJ é o órgão responsável pela supervisão e orientação dos projetos no curso de Direito. Ele é coordenado por um professor nomeado pelo Coordenador do Curso de Direito, com a aprovação da Direção Geral da Faculdade.

A equipe do NPJ é composta por advogados, professores orientadores, alunos bolsistas e funcionários administrativos. O NPJ está localizado na R. Paes de Carvalho, 2394 - Centro, Breves - PA, 68800-000, e seu horário de atendimento é de segunda a quinta-feira, das 08h às 12h e das 14h às 18h.

## **3. FUNÇÕES DO COORDENADOR E DOS PROFESSORES ORIENTADORES**

O Coordenador do NPJ é responsável pela gestão do núcleo, supervisionando as atividades práticas dos alunos, organizando as escalas de estágio e propondo atividades interdisciplinares com outros cursos. Os professores-orientadores acompanham e avaliam o desempenho dos alunos nas atividades de estágio, além de supervisionar a elaboração de peças processuais e acompanhar os alunos em audiências e sessões de julgamento.

## **4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

O Estágio Supervisionado no NPJ segue uma estrutura progressiva, iniciando com atividades simuladas e evoluindo para práticas reais, envolvendo as seguintes áreas:

1. **Prática Jurídica Simulada I e II:** Introdução às atividades práticas nas áreas cível e penal, incluindo a participação em júris simulados e a elaboração de peças processuais.

Os Estágios Supervisionados do curso de Bacharelado em Direito são executados essencialmente no Núcleo de Prática Jurídica da FAMMA, mas a instituição poderá buscar acordo de cooperação para realização da prática de estágio, desde que conveniadas com a IES e cuja atuação abrangem as competências desenhadas no Perfil do Egresso do curso.

#### **4.1. Estágio Curricular**

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Direito (Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018), o curso de Direito da Faculdade FAMMA contempla como componente curricular obrigatório a realização de Estágio Supervisionado. Esse estágio tem como objetivo central proporcionar ao estudante a oportunidade de aplicar, de maneira prática, os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso, desenvolvendo habilidades técnicas e profissionais necessárias para sua futura atuação no mercado de trabalho.

O Estágio Supervisionado é planejado de forma a integrar teoria e prática, permitindo que o estudante enfrente situações reais sob a orientação de profissionais experientes. Essa vivência prática, realizada em diversas áreas do Direito, oferece uma formação completa e sólida, capacitando o aluno para atuar em diferentes instâncias jurídicas, sejam elas judiciais ou extrajudiciais.

O Estágio Curricular Obrigatório no curso de Direito, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais, está previsto para ocorrer entre o 5º e o 10º período do curso, compondo um total de 360 horas.

##### **4.1.1. Projeto de Estágio Curricular no Curso**

O Estágio Supervisionado propende o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. O estágio constitui a fase final de formação do discente. Em disciplinas anteriores ao estágio o discente cumprirá requisitos básicos em áreas distintas, iniciando seu contato com o ambiente de trabalho e as práticas profissionais, colocando em ação seu protagonismo no estágio supervisionado.

O Estágio Curricular Supervisionado no curso de Bacharelado em Direito é uma etapa na formação do estudante, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais.

O Estágio Supervisionado de Prática Jurídica é estruturado em seis etapas distintas, sendo o simulado no quinto e sexto período:

<b>Estágio Curricular Supervisionado</b>	
<b>Nível</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>Estágio Supervisionado de Prática Jurídica I (60 horas)</b>	O Estágio Supervisionado de Prática Jurídica I é o primeiro contato prático dos estudantes com o exercício da advocacia, ainda que em um ambiente simulado. Focado na introdução às atividades práticas simuladas voltadas à área cível e questões familiares, com desenvolvimento de habilidades na escuta, elaboração de resumo das situações fáticas narradas; preenchimento de formulários necessários à orientação jurídica; análise prévia de documentos que deverão instruir as peças processuais; estudo da estrutura do mandato; estudo da estrutura do contrato de honorários; estudo da contagem dos prazos; estudo de situação fática real e realização simulada de procedimentos processuais; organização documental; noções de gestão administrativa de um escritório jurídico; produção de peças técnicas; produção de expedientes forenses, requerimentos, memorandos, ofícios, notificações, procurações, substabelecimentos; produção de instrumentos contratuais, análise de autos findos; visitas orientadas. A regulamentação e o planejamento dessas atividades incluem também a introdução às práticas de resolução consensual de conflitos e à prática do processo judicial eletrônico.
<b>Estágio Supervisionado de Prática Jurídica II (60 horas)</b>	Introdução às atividades práticas simuladas voltadas à área penal e processual penal. Com desenvolvimento de habilidades na escuta, elaboração de resumo das situações fáticas narradas; preenchimento de formulários necessários à orientação jurídica; análise prévia de documentos que deverão instruir as peças processuais; estudo da estrutura do mandato para atuação na área criminal; estudo da estrutura do contrato de honorários para atuação nas diversas áreas criminais; estudo da contagem dos prazos; estudo de situação fática real e realização simulada

de procedimentos processuais; organização documental; produção de peças técnicas; produção de expedientes forenses, requerimentos, memorandos, ofícios, notificações, procurações, substabelecimentos; análise de autos findos; participação em sessão de júri simulado; participação em sessão de julgamento de recursos; visitas orientadas. Desenvolvimento de prática simulada especificamente voltada às técnicas de atuação no Tribunal do Júri, com realização de competições internas, e preparação de equipe para competições externas, conforme projeto anexo e integrante a este.

## **5. REQUISITOS E PROCEDIMENTOS PARA O ESTÁGIO**

### **5.1. Cadastro e Recadastro**

Os estagiários deverão estar regularmente matriculados na disciplina de Estágio Simulado e realizar o cadastro/recadastramento semestral no NPJ, conforme os prazos estabelecidos no calendário acadêmico. Para a regularização do cadastro, é necessário apresentar uma foto 3x4 e uma cópia do contrato de matrícula na secretaria do NPJ. A etapa só terá início após a conclusão desse procedimento.

### **5.2. Cadastro Intempestivo**

Cadastros fora do prazo estipulado no calendário acadêmico serão aceitos com a aplicação de descontos. Os cadastros intempestivos resultarão na perda de 2,0 pontos na média final. Caso o prazo seja excedido, o aluno será automaticamente reprovado na disciplina de Estágio Simulado.

## **6. ATIVIDADES PRÁTICAS**

As atividades práticas do Estágio Simulado são diversas e têm o objetivo de familiarizar o aluno com o cotidiano jurídico.

### **6.1. Análise de Carros Findos**

A análise dos autos encontrados consiste no estudo de processos arquivados. O estagiário deverá responder a um questionário específico com base nas fases processuais do caso analisado. Os autos estarão disponíveis na secretaria do NPJ, e o prazo para devolução é de 48 horas.

## **6.2. Peças Simuladas**

A produção de peças simuladas envolve a redação de petições, contestação ou impugnação, conforme o caso específico. Essas atividades serão orientadas por professores do NPJ e realizadas em minicursos, conforme calendário divulgado.

## **6.3. Parecer Jurídico**

O parecer jurídico será elaborado em formato dissertativo com no mínimo 20 linhas, abordando casos nas áreas cível, penal, administrativa ou constitucional. A atividade será orientada e validada por um professor responsável.

## **6.4. Estudo de Reportagens**

O estagiário poderá optar por realizar um estudo crítico de reportagens relacionadas ao Direito. A análise deverá ser feita com base em uma ficha disponível no manual e acompanhada de uma cópia da matéria estudada.

## **6.5. Participação em Audiências**

O estagiário terá a oportunidade de participar de audiências reais na Justiça Comum, Federal, do Trabalho ou no PROCON. O registro de participação deverá ser feito em uma ficha específica, que deverá ser assinada pelas autoridades presentes ou acompanhadas de dados de audiência constantes do nome do acadêmico.

## **6.6. Tribunal do Júri**

A participação no Tribunal do Júri, seja real ou simulada, é uma atividade importante. No caso de participação no Tribunal do Juri Real, é necessária a assinatura de uma autoridade presente, como juiz ou promotor. No Tribunal do Júri simulado, o estagiário deverá seguir as orientações específicas do NPJ.

## **6.7. Palestras e Documentários**

As palestras e ciclos jurídicos são atividades presenciais que podem ocorrer dentro ou fora da instituição, sempre em parceria com o NPJ. O estagiário deverá apresentar uma ficha de participação devidamente preenchida, que será validada no local por um professor designado.

Documentários e filmes relacionados ao Direito, oferecidos pelo NPJ, também fazem parte das atividades. Após assistir, o estagiário deverá apresentar um resumo validado por um professor.

## **6.8. Minicursos**

Os minicursos oferecidos pela IES são obrigatórios e têm como objetivo aprofundar o conhecimento dos acadêmicos em temas jurídicos. São realizadas duas aulas por semestre, sendo necessária a participação em pelo menos um dia de minicurso. A ausência deverá ser justificada com atestado médico, caso contrário, resultará em reprovação.

## **7. AVALIAÇÃO E RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

A avaliação do estagiário será baseada no cumprimento de, no mínimo, 40 horas de atividades práticas por semestre. A academia deve participar de pelo menos quatro atividades diferentes e entregar um relatório final contendo todas as fichas de atividades realizadas, devidamente encadernadas, dentro do prazo estipulado no calendário do NPJ.

O não cumprimento das 40 horas mínimas resultará em reprovação automática na disciplina de Estágio Simulado. O acadêmico também deverá participar obrigatoriamente de pelo menos um dia de minicurso, sendo a ausência causa de reprovação.

### 7.1. Equivalência das horas de Estágio

Será considerado aprovado na disciplina, o acadêmico que durante o semestre cumpriu regularmente estágio na área jurídica e, via de consequência, tenha protocolado o relatório, dentro do prazo estabelecido, e na avaliação obter média igual ou superior a setenta por cento de aproveitamento (7,0), cuja avaliação obedecerá a uma escala progressiva de notas e desconto de notas, a seguir:

Horas/Atividade	Nota	Situação
0 hora	0,0	Reprovado
01 a 07 horas	1,5	Reprovado
08 a 11 horas	2,0	Reprovado
12 a 14 horas	2,5	Reprovado
15 a 17 horas	3,0	Reprovado
18 a 21 horas	3,5	Reprovado
22 a 24 horas	4,0	Reprovado
25 a 27 horas	4,5	Reprovado
28 a 30 horas	5,0	Reprovado
31 a 33 horas	5,5	Reprovado
34 a 36 horas	6,0	Reprovado
37 a 39 horas	6,5	Reprovado
<b>40 a 43 horas</b>	<b>7,0</b>	<b>Aprovado</b>
<b>44 a 46 horas</b>	<b>7,5</b>	<b>Aprovado</b>
<b>47 a 49 horas</b>	<b>8,0</b>	<b>Aprovado</b>
<b>50 a 53 horas</b>	<b>8,5</b>	<b>Aprovado</b>
<b>54 a 56 horas</b>	<b>9,0</b>	<b>Aprovado</b>
<b>57 a 59 horas</b>	<b>9,5</b>	<b>Aprovado</b>
<b>60 horas ou mais</b>	<b>10,0</b>	<b>Aprovado</b>

O

acadêmico reprovado no Estágio Simulado deverá se rematricular na disciplina no semestre subsequente e cumprir novamente as atividades ordinárias.

## **8. REGRAS E ÉTICA**

Durante o estágio, é essencial o cumprimento de normas de ética profissional, respeitando o sigilo das informações dos assistidos e zelando pelo patrimônio do NPJ. A frequência mínima para aprovação é de 75% e o aluno deve cumprir rigorosamente as orientações dos professores.

O NPJ, através do Serviço de Assistência Jurídica, presta atendimento jurídico à população carente e oferece serviços gratuitos de mediação e conciliação de conflitos, contribuindo para a formação prática dos alunos e o cumprimento da responsabilidade social da instituição.

## **9. DISPOSIÇÕES GERAIS E PENALIDADES**

O NPJ aplicará deliberações conforme o não cumprimento das normas previstas no manual. Entre as infrações suscetíveis a deliberações estão:

- I. Entrega intempestiva de relatórios, resultando na perda de 2,0 pontos na média final.
- II. Não cumprimento da carga horária mínima de 40 horas, levando à reprovação automática.
- III. Entrega de relatórios sem assinatura das autoridades ou sem entrega de documentação comprobatória.
- IV. Falsificação de assinaturas ou participação em atividades por meio de terceiros, resultando em reprovação imediata.

**Este manual serve como guia para a correta execução das atividades no NPJ, garantindo a excelência na formação prática dos futuros operadores do Direito.**